



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PROGRAMADAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: REFLEXÃO DOS DISCENTES

Gustavo Lucas Dias Rocha¹
Jozineide Fernandes de Lima²
Jéssica Girlaine Guimarães Leal³

RESUMO

O tema sobre Inclusão Escolar de pessoas com Síndrome de Down tornou-se uma questão crescente nas pesquisas educacionais mais recentes. Em consideração a isto, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um portfólio acadêmico cujo objetivo seria explorar as Práticas Pedagógicas Programadas (PPPs) em paralelo a inclusão escolar de pessoas com Síndrome de Down, sob a perspectiva das experiências e estudos bibliográficos de discentes do curso de Licenciatura em Letras e Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) com Campus em Caraúbas, Rio Grande do Norte, durante o semestre 2021.2. Nesse hiato, com os resultados das pesquisas realizadas, reconheceu-se que as bibliografias destacadas pelos alunos, contemplaram, de forma clara e satisfatória, a maioria das informações necessárias para desenvolver o portfólio com as práticas pedagógicas inclusivas. Ainda mais, foram analisados qualitativamente pelos discentes, um total de onze artigos, onde todos estes giravam em torno do tema central selecionado. Dessa forma, evidenciou-se que os métodos regulares de ensino ainda possuem paradigmas que necessitam ser analisados e até mesmo refutados. Ademais, constatou-se que o docente deve possuir um currículo adequado para a realização dos objetivos educacionais em sala de aula com alunos portadores dessa Síndrome, preparando-se para alcançar as necessidades do aluno, bem como, promover um ensino igualitário entre os demais educandos. Conclui-se, portanto, que as práticas pedagógicas inclusivas da pessoa com Síndrome de Down estimulam o desenvolvimento das habilidades de convivência, interação social, estudo e pesquisa, além de favorecer o desenvolvimento da linguagem.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Programadas, Síndrome de Down, Educação Inclusiva, Terapia Ocupacional, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

O tema educação inclusiva tem ocupado considerável espaço nos debates político-educacionais no Brasil e, neles, estão presentes as demandas educativas dos alunos, resultantes de características físicas, étnicas, culturais, socioeconômicas, etc. (RIBEIRO et al., 2009, p. 99). Paralelamente a estas constatações, há uma crescente necessidade de

¹ Graduando do Curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN, gustavo.rocha@alunos.ufersa.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Letras e Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN, jozineide.lima@alunos.ufersa.edu.br;

³ Mestre pelo Programa de Ciências da Linguagem na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Professora na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN, jessica.leal@ufersa.edu.br.

desenvolvimento de recentes práticas pedagógicas auxiliares que favoreçam ativamente o cenário educacional de pessoas com Síndrome de Down (SD) em escolas regulares, bem como eliminar mitos e preconceitos acerca destes indivíduos.

Atualmente, entende-se que a síndrome de Down corresponde a uma síndrome genética inconstante sem cura, evolução ou regressão, caracterizada por um erro na distribuição cromossômica durante a divisão celular do embrião, revertendo-se, na maior parte dos casos, numa trissomia do cromossomo 21. Ademais, a trissomia 21 simples é causada por uma não disjunção cromossômica, geralmente de origem meiótica, representando cerca de 95% dos casos de SD (COELHO, 2016, p. 2).

Partindo-se da perspectiva das características psicológicas associadas à SD, tem-se, principalmente, que a presença extra do cromossomo 21 na constituição genética, simboliza características psicológicas específicas, além de retardo no desenvolvimento. Outrossim, os indivíduos apresentam um atraso no desenvolvimento neuropsicológico, com uma predominância de déficits motores na primeira infância e de déficits cognitivos na idade escolar (SCHWARTZMAN 2003, citado por COELHO, 2016, p. 8). No entanto, as pessoas com SD não possuem, necessariamente, todas as características da síndrome, algumas podem ter poucas e outras podem ter a maioria delas.

A luta pelo direito à educação das pessoas com deficiências, no Brasil, foi intensificada ao longo da década de 1960, quando a escola pública democratizou-se para a população geral, mas excluía, a priori, uma parcela da população considerada ineducável. Devido à impossibilidade de acesso em algumas escolas comuns, algumas famílias tomaram a iniciativa de criar instituições especializadas filantrópicas para acolhê-las (JANNUZZI, 2004, citado por MENDES, 2019, p. 3).

Nesse hiato, distingue-se a inclusão escolar como o conjunto de práticas e métodos que viabilizam e auxiliam pessoas portadoras de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades a manterem-se no ambiente educacional desde a primeira infância, rompendo e reinterpretando paradigmas burocráticos das escolas tradicionais. O objetivo da inclusão, é o de não deixar o aluno no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003, p. 15).

Analogamente, as condições dentro da escola inclusiva permitem que todos os alunos, contando com suas diferenças, possam desenvolver-se com autonomia e o máximo de oportunidades de aprendizagem. Por outro lado, a educação especial e a inclusão escolar são

domínios de conhecimentos complementares e adequadamente relacionados entre si, que possibilita ao aluno com necessidades educacionais especiais frequentar o ensino comum, por meio de apoios apropriados à sua condição específica (LUIZ et al., 2012, p. 2).

Visando as condições supracitadas, surgem as Práticas Pedagógicas Programadas (PPP) como o principal processo de desenvolvimento e experimentação de estratégias educacionais paralelas ao conhecimento, baseando-se no ideal de que os alunos, independentemente de seguir um caminho de aprendizagem uniforme ou não, seja de forma individual ou coletiva, são capazes de aprender o que for-lhes oferecido da melhor maneira com os verdadeiros incentivos necessários. Vale ressaltar que as PPPs também buscam, essencialmente, que os professores do ensino regular não se sintam incapazes de lidar com as diferenças no ambiente acadêmico, especialmente em casos que seja preciso atender alunos com deficiências.

Nesse ínterim, constata-se que o período de desenvolvimento educacional de pessoas com SD desde a infância pode sofrer com diversas dificuldades geradas por fatores implícitos, considerando que muitas instituições podem possuir formas variadas de lidar com estes alunos. Dessa forma, garantindo o sucesso da inclusão do aluno com SD, faz-se necessário considerar componentes essenciais, como por exemplo, um ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades, abordagens de ensino que facilite seu aprendizado e adaptação curricular, além de fatores que não devem ser utilizados unicamente para as crianças com SD, mas para todas que necessitem de um currículo adequado à sua individualidade (HOLDEN 2002, citado por LUIZ et al., 2008, p. 503).

Segundo SAAD (2003, p. 63) “a plasticidade do sistema psico-neurológico humano estando em constante construção no decurso do desenvolvimento humano dentro da cultura, descarta determinismos biológicos ou sociais”. Sob o mesmo ponto de vista, surge a oportunidade de empregar-se as Práticas Pedagógicas Programadas para inclusão de pessoas com SD no meio do ensino regular. A escola pode proporcionar à criança com Síndrome de Down os caminhos estratégicos para adquirir os conhecimentos que deseja-se passar a elas, explorando métodos e ferramentas lúdicas, além de instrumentos de acessibilidade disponíveis. Este processo, atuaria como uma ruptura de base na estrutura organizacional das instituições, como propõe a inclusão, sendo, desse modo, uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (MANTOAN, 2003, p. 11).

Inspirando-se nesse panorama, motivou-se a desenvolver, portanto, um portfólio acadêmico cujo objetivo seria explorar as Práticas Pedagógicas Programadas (PPP) em

paralelo a inclusão escolar de pessoas com Síndrome de Down, sob a perspectiva das experiências e estudos bibliográficos de discentes do curso de Licenciatura em Letras e Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) com Campus em Caraúbas, Rio Grande do Norte, durante o semestre 2021.2. Esperou-se que, com os resultados das pesquisas realizadas, reconhecer as principais facilidades e dificuldades no ensino de pessoas com deficiência, bem como desenvolvê-las, a fim de buscar soluções viáveis que possam ser utilizadas nestas PPPs.

METODOLOGIA

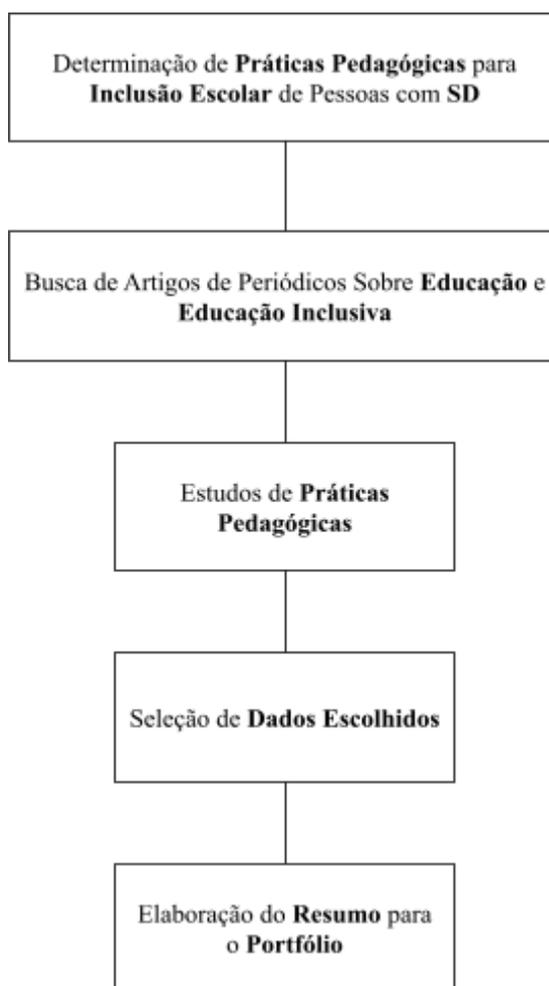
Trata-se da estruturação de um portfólio experimental contendo informações de Práticas Pedagógicas Programadas (PPP), desenvolvidas em conjunto entre o autor e discentes do curso de Licenciatura em Letras e Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido com Campus em Caraúbas, Rio Grande do Norte. Ademais, direcionou-se para estudantes da disciplina de práticas pedagógicas, atividades específicas de pesquisa bibliográfica e coleta de parâmetros e conceitos já discutidos em sala de aula, permitindo que estas informações fossem devidamente consideradas na elaboração do trabalho.

A turma de Práticas Pedagógicas Programadas do curso de Licenciatura responsável por realizar o experimento, foi composta por 14 alunos, onde, em meio a estes, 2 componentes eram não ouvintes, liberando, dessa forma, a possibilidade de utilização de intérpretes de linguagem de sinais para facilitar a comunicação com os discentes. Ainda mais, a disciplina de PPPs tem por objetivo central o estudo dos aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional, além de conhecer espaços escolares e não-escolares com práticas pedagógicas destinadas ao atendimento da pessoa com deficiência. Vale ressaltar, que todos os encontros entre professores e discentes foram realizados de forma remota, através de meios de comunicação a distância.

Dividiu-se a turma em grupos, onde estes, além de executar estritamente as tarefas supracitadas, receberam incentivo pelo professor orientador e o auxílio do autor, para realizar a leitura de artigos científicos relacionados ao tema: *Práticas Pedagógicas Programadas na Educação Inclusiva de Pessoas com Síndrome de Down*, a fim de que possibilitasse que os componentes de cada grupo, de forma individual, executassem uma busca em outros periódicos da área, atuando como um plano estratégico, auxiliando na obtenção de mais referências bibliográficas.

Imediatamente ao término da coleta de informações necessárias para elaboração do portfólio, iniciou-se reuniões periódicas, de forma remota, utilizando-se o serviço de comunicação distanciada Google Meet. Outrossim, paralelamente às reuniões, avaliou-se a qualidade metodológica de cada artigo selecionado, com a finalidade de organizar um processo de revisão sistemática, questionando-se constantemente o objetivo central.

Figura 1 - Descrição geral do processo de revisão sistemática das bibliografias.



Fonte - elaborado pelo próprio autor.

Posteriormente ao processo ilustrado na Figura 1, deu-se início a elaboração da estrutura do portfólio, considerando um prazo de 4 semanas até a finalização da escrita do trabalho, iniciando-se em 29 de abril de 2022 e finalizando-se em 27 de maio de 2022. Nesse ínterim, compreende-se como portfólio para este trabalho, um documento de texto baseado nas regras da ABNT, contendo o conjunto de PPPs consideradas efetivas para serem inseridas em meio acadêmico. Além disso, buscou-se atingir no interior do arquivo, o maior número de informações necessárias, para evitar possíveis erros sistemáticos, obedecendo os critérios de ética educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebendo-se a importância do repertório teórico, notou-se que a pesquisa e as bibliografias destacadas pelos alunos, contemplaram, de forma clara e satisfatória, a maioria das informações necessárias para desenvolver o portfólio com as práticas pedagógicas inclusivas. Ainda mais, foram analisados qualitativamente pelos discentes, um total de onze artigos, onde todos estes giravam em torno do tema central selecionado: *Práticas Pedagógicas Programadas na Educação Inclusiva de Pessoas com Síndrome de Down*. Assim, os alunos não limitaram-se apenas aos conceitos discutidos em sala de aula, pois permitiram-se questionar estas ideias, bem como desenvolvê-las, em busca de mais conhecimento.

Na tarefa de buscar os métodos e práticas adequadas, os discentes priorizaram uma visão humanizada, ao evidenciarem a necessidade de tempo, compreensão e atenção quando estiverem trabalhando com pessoas com necessidades especiais. Paralelo a isto, desenvolveram também as estatísticas presentes nos bancos de dados mais conhecidos, realizando citações claras e coesas de acordo com as normas indicadas pelo professor.

Nesse hiato, para os acadêmicos que elaboraram o portfólio, o progresso no desenvolvimento educacional das pessoas com SD na segunda infância, depende inteiramente da preparação e estruturação do perfil do professor educador. Segundo Menegotto (2010, p. 8) em uma pesquisa sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down, “os professores mencionaram que a experiência de inclusão é um desafio, cujo trabalho gera satisfações e frustrações”. À vista disso, evidencia-se que o docente deve possuir um currículo adequado para a realização dos objetivos educacionais em sala de aula com alunos portadores dessa Síndrome, preparando-se para alcançar as necessidades do aluno, bem como, promover um ensino igualitário entre os demais educandos.

Em contrapartida aos princípios supracitados, outro destaque dos discentes ergue a exigência do afastamento dos preconceitos sobre pessoas com SD. Considerando que o surgimento destas ideias dá-se pela carência de informação ou conhecimentos referentes às potenciais capacidades das pessoas com a síndrome, os grupos de alunos afirmaram que estas mentalidades contrapostas podem ser reduzidas por meio da exploração das informações sobre as especificidades destes sujeitos. Outrossim, devido ao processo de inclusão de pessoas com SD na rede regular de ensino possuir suas particularidades, destacou-se que a escola tem o dever primordial de criar espaços de suporte aos alunos e professores, no sentido de

possibilitar discussões, recursos físicos e humanos para dar sustentabilidade à inclusão (MENEGOTTO, 2010, p. 9).

Sob uma perspectiva trabalhista, foi destacado no portfólio pelos estudantes que o trabalho desenvolvido por algumas instituições, tem foco somente educacional e inclusivo, no entanto, pouco se explora métodos de automotivação e desenvolvimento, ocasionando em pouca participação de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho brasileiro (PIRES, 2007, p. 4). Desse modo, mostra-se ser fundamental o estudo de ações que visam a autonomia futura destas pessoas, ou seja, um conjunto de organizações práticas e atividades que envolvam cooperação, pesquisa, motivação e exploração cognitiva. A necessidade de propostas como estas são demonstradas através do relato de uma mãe de um pré-adolescente com síndrome de Down:

“E que a inclusão, a inclusão, ela tem que ser bem feita, as autoridades tem que fazer bem feita, ou é melhor não fazer! É melhor não existir, só para dizer que tem. Que é o que ele seria então, nessa escola? Um decorativo, na sala de aula? Simplesmente colocado lá, para dizer que estão fazendo inclusão?” (SMEHA, 2014, p. 7).

Nessa fala, percebe-se a insatisfação na utilização de metodologias que não consideram as necessidades específicas de cada pessoa. Compreende-se que a educação deve estar concomitante às necessidades especiais das pessoas com SD, não limitando-se ao espaço de sala de aula, proporcionando contato com outros locais, incentivando a comunicação social e o desejo por conhecimento. SAAD (2003, p. 9) ainda cita:

[...] O trabalho em artes plásticas cuidadosamente elaborado, fruto de pesquisa em história, visitas a museus, passeios relacionados aos temas desenvolvidos e sobretudo guiado pela própria atenção voluntária, observação e comparação, torna-se um trabalho de aprendizado e autodesenvolvimento.

Ainda sob esta demanda, rotinas como utilização de músicas, desenho, escrita, leitura, e o lúdico de jogos interativos, estimulam as potencialidades dos indivíduos, além de desenvolver novas habilidades. Em um experimento realizado por Pelosi (2019, p. 4), “um número de crianças com Síndrome de Down foram submetidas a um sistema de jogos que funciona com o computador e utiliza a webcam para controlar os movimentos das mãos dos jogadores, que seguram dois sensores, no formato de bolas coloridas, para interagirem com a plataforma.” Este exercício pode ser utilizado na reabilitação infantil através de terapeutas ocupacionais, sendo também uma das medidas citadas no portfólio.

Ao término do período estimado para conclusão da elaboração do portfólio, observou-se que houve a evasão de um total de três participantes da disciplina, onde um deles efetuou o trancamento do curso de Licenciatura, e os outros dois representaram os alunos desistentes da disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de inclusão escolar de pessoas com Síndrome de Down demonstrou-se estar em frequente avanço no Brasil, porém, os métodos regulares de ensino ainda possuem paradigmas que necessitam ser analisados e até mesmo refutados. Ademais, notou-se que as Práticas Pedagógicas Programas administradas de forma imprecisa pelos profissionais da educação, podem seguir o caminho reverso a inclusão, dificultando a vida acadêmica de pessoas com a Síndrome.

Por outro lado, tem-se que o método de utilização de um portfólio acadêmico para realizar a revisão sistemática das bibliografias analisadas e o destaque das PPPs, foi demasiadamente efetivo para os discentes, permitindo a expansão e compreensão do tema analisado. De acordo com a fala dos alunos:

“A leitura dos textos junto com a discussão em grupo, nos proporcionou momentos ricos de trocas de conhecimento, vivências, onde cada um pôde expor seu entendimento, histórias que conheciam de pessoas com deficiência e seus desafios com a inclusão, especialmente em espaços escolares”.

Embora ainda hajam muitos desafios a serem superados, dentre eles, a falta de preparo dos profissionais envolvidos, a participação da família e a criação de uma rede de apoio que inclua a interlocução de profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente das áreas de educação e saúde (LUIZ, 2008, p. 11). Fatores como respeito a estas pessoas, excluindo as diferenças e os preconceitos, já são observados em meio a sociedade.

Infere-se, portanto, que as práticas pedagógicas inclusivas da pessoa com Síndrome de Down estimulam o desenvolvimento das habilidades de convivência, interação social, estudo e pesquisa, além de favorecer o desenvolvimento da linguagem. Para que isto ocorra, faz-se ainda necessário a exploração empírica de políticas públicas educacionais, bem como a capacitação de professores, incentivo ao grupo familiar e promoção do espaço físico escolar. Garantindo, dessa forma, os direitos às pessoas com SD.

REFERÊNCIAS

COELHO, C. A Síndrome de Down. **Psicologia**: o portal dos psicólogos, p. 1-14, 13 mar. 2016.



LUIZ, F. M. R. *et al.* A Inclusão da Criança com Síndrome de Down na Rede Regular de Ensino: desafios e possibilidades. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 14, n. 3, p. 497-508, set/dez. 2008.

LUIZ, F. M. R. *et al.* Inclusão de Crianças com Síndrome de Down. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 1-10, out/dez. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003. 50 p.

MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, n. 22, p. 1-27, 18 mar. 2019. Mary Lou Fulton Teacher College.

MENEGOTTO, L. M. O. *et al.* Inclusão de Alunos com Síndrome de Down: discursos dos professores. **Revista de Psicologia**, [s. l], v. 22, n. 1, p. 155-168, jan/abr. 2010.

PELOSI, M. B. *et al.* O uso de jogos interativos por crianças com síndrome de Down. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 718-733, abr. 2019.

PIRES, A. B. M. *et al.* Inclusão Social da Pessoa com Síndrome de Down: uma questão de profissionalização. **Arq Ciênc Saúde**, São José do Rio Preto, p. 1-8, out. 2007.

RF, S. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan. 2007.

RIBEIRO, G. F. *et al.* Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica. **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social**: questões contemporâneas, Salvador, n. 365, p. 91-98, dez. 2009.

SAAD, S. N. Preparando o Caminho da Inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 9, n. 1, p. 57-78, jan/jun. 2003.

SMEHA, L. N. *et al.* Inclusão Escolar: a perspectiva das mães de alunos com síndrome de down. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 403-416, maio 2014.